

# CONSIDERAÇÕES SOBRE A LINGUAGEM COMUM E AS LINGUAGENS DE ESPECIALIDADE

Micaela da Silva Marques Moura  
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto  
Portugal  
[micaela.marques.moura@gmail.com](mailto:micaela.marques.moura@gmail.com)

## Resumo

Tendo em conta que os seres humanos recorrem à linguagem comum e muitas vezes sem darem conta também às linguagens de especialidade para comunicarem uns com os outros, o objectivo deste artigo é de tecer algumas considerações sobre a origem, a evolução e a definição das mesmas tanto em Portugal como na Alemanha.

## Zusammenfassung

In Anbetracht der Tatsache, dass die Menschen die Gemeinsprache und oft auch die Fachsprachen um miteinander zu Kommunizieren benutzen, werden im folgenden Artikel einige Erwägungen über Ursprung, Entwicklung und Definition der Gemein- und Fachsprachen in Portugal und Deutschland gemacht.

**Palavras-Chave:** Linguagem Comum, Linguagens de Especialidade, Alemanha, Portugal

**Schlüsselwörter:** Gemeinsprache, Fachsprache, Deutschland, Portugal

Em todas as sociedades humanas, a linguagem verbal é por excelência o meio típico a que os Homens recorrem para comunicarem uns com os outros. Apesar de a comunicação também poder ser realizada através da linguagem não verbal é, no entanto, a

linguagem verbal, mais precisamente a linguagem comum, que normalmente é utilizada nos contactos diários, informais ou até apenas ocasionais. Além da linguagem dita comum, também se tem de muitas vezes fazer uso do que se considera serem linguagens de especialidade, que apresentam características mais diferenciadas e precisas, determinadas pela situação comunicativa e envolvendo intervenientes e fins específicos, e que têm ganho cada vez mais importância num mundo em constante transformação, desenvolvimento e modernização.

Apesar de muitas vezes não darmos conta, também os cidadãos comuns, isto é, as pessoas não necessariamente especializadas em determinadas áreas utilizam no seu dia-a-dia elementos característicos de diversas linguagens de especialidade. Seja, por exemplo, quando se deslocam a um banco para tratar de assuntos financeiros ou quando vão a uma secção de finanças para tratar de questões relacionadas com os impostos. E o que sucede é que o uso de pelo menos alguns componentes de linguagens de especialidade se tornou tão natural que, na verdade, não reflectimos sobre a sua proveniência.

Tendo estas reflexões em mente, o objectivo do presente artigo é de chamar a atenção para a investigação que se tem feito no domínio da linguagem comum e das linguagens de especialidade tanto na Alemanha como em Portugal, sendo que é notório que os estudos nesta área estão mais avançados na língua alemã do que na portuguesa. Começemos pela definição do que é a linguagem comum.

Na língua alemã ou, mais propriamente, na lexicografia alemã existem vários termos sinónimos de *Gemeinsprache*. Numa rápida busca lexicográfica, encontramos no *Duden* (1999): *Umgangssprache*, *Alltagssprache* e *Standardsprache*, enquanto o *Dtv-Lexikon* (1997) regista apenas o termo *Umgangssprache*. Para todas estas expressões apresenta-se a mesma definição: língua que é utilizada no dia-a-dia.

O *Wabrig* (2002) apresenta como significado de *Gemeinsprache*: “allgemeine Umgangssprache”, enquanto o *Duden – Deutsches Universalwörterbuch* (2003) define *Gemeinsprache* como: “a) allgemein verwendete unter allen Mitgliedern einer Sprachgemeinschaft verständliche Sprache (ohne Mundarten oder Fachsprachen); b) Standardsprache.” Constata-se, pois, que na definição sob a) está subjacente a concepção de uma linguagem comum a todos os membros de uma comunidade linguística e

compreensível por todos – portanto a entidade nuclear que constitui tradicionalmente o objecto da ciência da linguagem/linguística<sup>1</sup> -, ao mesmo tempo que se estabelece uma fronteira entre esta linguagem e as linguagens de especialidade ou os dialectos ou, melhor, excluem-se estes dois últimos da primeira.

O termo *Gemeinsprache* não constitui entrada lexical em Bußmann (1990), mas em contrapartida encontram-se *Standardsprache* e *Umgangssprache*. A primeira corresponde a uma forma da língua, falada e escrita, com carácter supra-regional, historicamente legitimada, usada pelas camadas sociais média e alta e sujeita em grande medida à normatização, para o que contribuem as instituições públicas, o sistema escolar e os meios de comunicação. Quanto ao segundo termo, e de acordo com Bußmann, ele aplica-se em duas acepções: ou para designar a área heterogénea que abrange as variedades linguísticas que vão da língua padrão até a variedades dialectais, ou, por outro lado, para designar o tipo de língua usado em situações mais informais do que as reservadas para a língua *standard*, e que, por isso, corresponde, segundo a autora, à expressão inglesa “colloquial speech”.

Em virtude destas considerações, ousamos admitir que se, no âmbito de estudo das linguagens específicas, tem havido por parte dos autores alemães uma preferência pelo termo *Gemeinsprache*, isso talvez se deva a que se pretende evitar com ele e deixar de parte toda a aproximação ou evocação de quaisquer aspectos relacionados com regionalismos ou com dialectos. O cuidado em evitar esta aproximação ao campo dialectal e apontar, ainda que indirectamente, para a comunicação em áreas específicas, parece-nos marcar a definição de Schmidt/Scherzberg (1968: 65), da qual, aliás, a do *Duden* está mais próxima:

Wir verstehen unter *Gemeinsprache* hier die im ganzen deutschen Sprachgebiet gültige, allen Angehörigen der Sprachgemeinschaft verständliche

---

<sup>1</sup> O emprego, por nossa parte, desta aparente duplicação pretende tomar em conta duas fases distintas do desenvolvimento da disciplina da linguística: uma fase em que a disciplina foi entendida como uma ciência geral da linguagem, dominada pelo método histórico comparado; e a segunda fase, de orientação não diacrónica, mas sincrónica, iniciada sobretudo a partir do estruturalismo (na Europa com F. de Saussure), e entendida como linguística de sistema. Note-se que em Portugal, ainda nos finais do século XIX, a expressão “sciencia da linguagem” (Coelho, 1900: 16) era usada a par dos termos “glótica” e “glottologia” (cf. Abreu (1878: 12) e Coelho (s.d.)) – que não se impuseram e foram suplantados por ‘linguística’.

und zum allgemeinen, nicht speziell fachgebundenen Gedankenaustausch gebrauchte Form des Deutschen.

Procuramos fazer um exercício e um percurso semelhante no que diz respeito à língua portuguesa, mas não encontramos nos dicionários de português uma definição para linguagem comum<sup>2</sup> nem para linguagem corrente. A maioria<sup>3</sup> distingue apenas entre linguagem falada e linguagem escrita<sup>4</sup>.

Mesmo a conhecida *Estilística da Língua Portuguesa* de Manuel Rodrigues Lapa (1979: 65-68) apenas se debruça sobre a linguagem falada e escrita. Somente algumas gramáticas - como é o caso do *Compêndio de Gramática Portuguesa* (1985) de J.N. Figueiredo/A.G. Ferreira ou os *Novos Caminhos para a linguagem 3. Gramática pedagógica do português* (1979) de Maria Beatriz Florido *et al.* - fazem referência à 'linguagem comum', por vezes também designada 'linguagem corrente' sem, no entanto, fornecerem quaisquer definições.

Um falante do português que queira obter mais informação adequada sobre a noção de linguagem comum é pois obrigado a recorrer a outras fontes. Assim, por exemplo, Herculano de Carvalho (1985: 333/334), na sua *Teoria da Linguagem*, define a 'linguagem comum' como sendo uma

expressão usada relativamente a qualquer idioma e mais particularmente ao idioma-padrão, para designar uma parte do saber linguístico constituído por esse, num sentido próximo, mas também não idêntico, ao de núcleo comum.

Este linguista define “núcleo comum” como a) abrangendo o que “efectiva e actualmente [é] conhecido.... de cada um dos membros de certa comunidade”; b) se

---

<sup>2</sup> Cf., por exemplo, Machado (1991: 588) ou Figueiredo (1996: 1558).

<sup>3</sup> Cf. a título ilustrativo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1945: 152) ou o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001), da Academia das Ciências de Lisboa. Se, no entanto, aceitarmos que a expressão linguagem comum se prende com o idioma-padrão, então este último dicionário define como língua padrão a “variedade de um idioma considerado como norma, como modelo linguístico ideal de uma dada comunidade”.

<sup>4</sup>Também de uma consulta breve à lexicografia bilingue alemã-portuguesa resultou que em Wagener (1812), os termos atrás referidos não constituem entradas lexicais; Bösch (1884), Michaelis (1923 e 1934) e Beau (1953) só registam *Umgangssprache*, que traduzem, respectivamente, como “linguagem de conversação ou familiar”, “linguagem de conversação, usual ou familiar” e “linguagem familiar”; muito mais tarde, também o *Dicionário Alemão-Português* (2000), da Porto Editora, regista apenas *Umgangssprache*, que traduz como Beau.

referindo “a tudo o que pode ser objecto do saber linguístico” e c) podendo “incluir entidades pertencentes a sistemas diversos”. Enquanto que a “linguagem comum” engloba a) o que “é não só actual mas *virtualmente* conhecido de todos”; b) “diz respeito exclusiva ou quase exclusivamente ao léxico” e c) “diz respeito a um único sistema ou idioma”.

Por seu lado Ferreira *et al.* (2005<sup>2</sup>: 483) consideram que:

Entre as variedades faladas num território, uma delas, por diversas razões, pode adquirir maior prestígio e integrar-se como **norma** ou **língua padrão**. Os factores que determinam essa escolha são normalmente sociopolíticos, históricos, comunicativos e até pedagógicos. Nada, de um ponto de vista estritamente linguístico, leva a que uma determinada variedade seja preferida como norma de um língua. Só factores, extralinguísticos influem nessa escolha. A variedade proclamada padrão funcionará como língua oficial, de cultura, de ensino.

Embora as abordagens não sejam exactamente coincidentes, há nas definições em ambas as línguas pontos comuns, e o que mais interessa salientar é o facto de se entender o que aqui estou a designar por linguagem comum como o uso ‘normal’, corrente da língua, praticado em dada comunidade linguística, em conformidade com determinados ideais sócio-político-culturais e comunicativos.

Apesar de alguma dificuldade<sup>5</sup> quanto à definição do termo alemão *Fachsprache* é, actualmente, de uma maneira geral aceite a proposta de Hoffmann (1987: 53):

Fachsprache – das ist die Gesamtheit aller sprachlichen Mittel, die in einem fachlich begrenzten Kommunikationsbereich verwendet werden, um die Verständigung zwischen den in diesem Bereich tätigen Menschen zu gewährleisten.

Ainda mais recentemente Stolze (2009: 42) subscreve esta definição, indicando-a no seu livro *Fachübersetzen – Ein Lehrbuch für Theorie und Praxis*.

---

<sup>5</sup> Fluck (1996<sup>5</sup>: 11) sugere que o termo alemão “Gemeinsprache” não está geral e vinculativamente definido (“nicht gültig definiert”) por ser usado como contraponto ao conceito de “Fachsprache” igualmente ainda não bem definido.

O termo *Fachsprache* tem na sua composição o elemento *Fach*<sup>6</sup>, que com o sentido de ‘área do saber ou campo de actividade’, é um elemento historicamente recente, só ocorrendo, do ponto vista linguístico, a partir do século XIX (Möhn/Pelka, 1984: 30). No entanto, acrescentam estes autores, se se tomar em conta, não tanto o significante, mas o seu conteúdo significativo, será possível admitir o aparecimento histórico de “Fächer” (*ibid.*: 30) muito antes daquele século. De facto, pode-se tomar como certo que estas ‘áreas do saber’ ou ‘campos de actividade’, tal como as correspondentes linguagens de especialidade, surgiram como consequência natural da divisão do trabalho<sup>7</sup>, quando as tarefas domésticas e outras começaram a ser distribuídas por especializações, aproveitando o talento natural de cada indivíduo<sup>8</sup>. Não existindo na Alemanha até ao século XIV testemunhos escritos suficientes para se poder falar de *Fachsprachen* (Drozd/Seibicke, 1973: 9), Fluck (1996<sup>5</sup>: 28) questiona-se se não se deveria utilizar antes o termo “Gruppensprachen”<sup>9</sup>, uma vez que se trata de linguagens faladas entre grupos profissionais, tais como o dos marinheiros ou dos ferreiros. Também Drozd/Seibicke (1973: 3) partilham desta opinião e afirmam que as linguagens de especialidade apenas surgiram após a separação física da habitação relativamente ao local de trabalho, ou seja, como consequência da distanciação entre comunicação doméstica e comunicação no local de actividade, uma vez que antes deste fenómeno somente se pode falar em *Sachsprachen* (isto é, em linguagens de coisas). Mesmo que a designação de *Fachsprache* tenha surgido, como se disse, apenas no século XIX, existe todavia, a partir de meados do século XIV,

---

<sup>6</sup> Para o problema de definição de “Fach”, veja-se Kalverkämper (1983: 128 e segs) e Gläser (1990: 14 e segs.) por exemplo.

<sup>7</sup> Möhn/Pelka (1984: 129) vão mais longe na sua explicação em relação à criação das áreas de especialidade e conseqüentemente das linguagens de especialidade e dividem o processo em três fases de desenvolvimento, a saber: (1) delimitação das áreas de trabalho; (2) selecção social, isto é, divisão do trabalho dentro da comunidade e constituição de corporações de artes e ofícios; e (3) constituição de áreas específicas autónomas, que possuem dinâmica própria, uma visão de especialidade das coisas e formas de comunicação divididas por especialidades.

<sup>8</sup> Möhn/Pelka (1984: 31) afirmam, em relação à divisão de trabalho, que o trabalho e o conhecimento eram divididos conforme o sexo (por exemplo, o trabalho doméstico era feito pelas mulheres, e a caça e a pesca eram praticadas pelos homens), a idade (por exemplo, jurisprudência pelos mais velhos), as capacidades (por exemplo, o tratamento, a cura de doenças) e a força corporal (por exemplo, a luta e a defesa).

<sup>9</sup> Ao traduzir este termo, preferimos empregar a expressão ‘linguagens de grupos profissionais’ ou tecnolectos e não o termo sociolecto, uma vez que as linguagens que nos ocupam aqui se distinguem claramente de outras linguagens especiais, como sejam as gírias, a linguagem dos adolescentes e outras variedades socioculturais e regionais.

um número mais significativo de documentos escritos que permitem fazer certa reconstrução parcial do que foram estas linguagens e aproximá-las, em virtude de algumas das suas marcas próprias, de estádios precoces ou transitórios do que são as linguagens de especialidade actuais (Fluck, 1996<sup>5</sup>: 28-29).

O surgimento dessas novas linguagens específicas, mesmo que se tratasse apenas de linguagens faladas, é o resultado da crescente especialização nos vários campos de actividade e da diferenciação em grupos de profissionais activos nas diferentes áreas, grupos que em alemão são designados como especialistas (*Fachleute*). Estas pessoas especializadas distinguem-se das restantes, não apenas devido à linguagem de que fazem uso na sua, ou a propósito da sua, actividade laboral, mas também pelas características determinadas pelas suas especializações (Kalverkämper, 1999: 6), facto que naturalmente também fez com que esses indivíduos subissem na escala social. O termo *Fachkommunikation* dá, assim, conta desse ‘novo’ tipo de comunicação distinta em determinados sectores da vida.

Grande entrave para fazer um estudo mais aprofundado das linguagens de especialidade em épocas anteriores às atrás referidas é, sem dúvida, o domínio do latim como língua culta e como língua escrita durante muitos séculos não só na Alemanha, mas em toda a Europa<sup>10</sup>. Como recorda Trabant (1983: 29), a língua latina era na Idade Média a linguagem de especialidade das actividades culturais “mais elevadas”, em oposição à linguagem comum, que era utilizada pelas camadas populares. Foi apenas no século XVI, aquando do movimento de emancipação dos burgueses, que se verificou em geral por toda a Europa, que o latim começou a perder o seu lugar de destaque. Este movimento teve como objectivo a eliminação das barreiras linguísticas e científicas entre leigos e especialistas (Trabant, 1983: 29). No entanto, na Alemanha recorreu-se até muito tarde à língua latina<sup>11</sup>, muito por culpa da descentralização político-administrativa que caracterizava este país (Pörksen, 1994: 247).

---

<sup>10</sup> Pörksen (1998: 51) escreve a este respeito: “Hasta los siglos XVII y XVIII, el latín, como lenguaje científico europeo por excelencia, fue la expresión de esta idea” – a ideia de que a ciência se define como uma comunidade internacional de comunicação e de intercâmbio.

<sup>11</sup> Referindo-se à prosa híbrida de Paracelso (1493-1541), à “mezcla de alemán y latín” dos escritos deste médico ambulante, Pörksen (1998: 53) escreve que “hay un bilingüismo fijado que [...] consiste en una sintaxis y un léxico general en alemán e en una terminología especializada latina”. E

Podemos situar um primeiro e tímido início do uso da língua alemã escrita no século VIII por força das reformas culturais de Carlos Magno; no entanto, esta tentativa revelou-se pouco duradoura (Polenz, 1973: 56). Só muito mais tarde, no século XVI, com a Reforma de Martinho Lutero, em conjugação com a invenção da imprensa, se regista um importante estímulo para a divulgação da língua alemã escrita, embora a percentagem de obras concebidas originalmente em alemão tenha continuado por muito tempo ainda a ser bastante reduzida (Polenz, 1973: 150).

Não cabe no âmbito deste artigo dar pormenorizadamente conta do que terá sido a origem e depois os desenvolvimentos das linguagens de especialidade no que é hoje a Alemanha. Mesmo assim, e a esse respeito, registem-se, tomando sobretudo como referência Drozd/Seibicke (1973) e Fluck (1996<sup>5</sup>), alguns aspectos importantes: não é possível afirmar-se se, para o período compreendido entre os séculos VIII e XIV, a existência de um vocabulário específico constituiria já uma linguagem para fins de comunicação específica e se os grupos profissionais que respectivamente o usariam tinham consciência da autonomia da sua área de actividade. O que parece certo é que já no período anterior ao século XI é possível falar-se de uma sociedade assente na divisão do trabalho e de grupos profissionais relativamente distintos uns dos outros, fazendo sobretudo uso de elementos lexicais próprios. Uma área de actividade em que estão bem documentadas as várias funções e profissões é a construção civil; por outro lado, a consideração das designações para as artes e ofícios numa lista de meados do século XIV, relativamente a Nuremberga, dá uma panorâmica alargada da diversificação dos grupos de artesãos. Paralelamente, a formação de corporações de artes e ofícios, com a necessidade de estabelecer princípios e de regular a sua vida e organização interna, contribuiu para novas formas de expressão da língua na área do direito, embora se esteja bem longe de se encontrar aí uma terminologia específica de uma linguagem de especialidade. Só se poderá falar, talvez com mais propriedade, de uma linguagem jurídica depois da recepção, na baixa Idade Média, do direito romano, apesar de o latim e de os conceitos veiculados nesta língua só serem compreensíveis para uma pequena minoria. Mas a tradução para alemão

---

ascrescenta ainda: “Esta diglosia en el interior de la lengua nos es una peculiaridad de Paracelso, sino una característica del lenguaje científico hasta el siglo XX”.

de textos latinos haveria de deixar pouco a pouco a sua marca tanto no vocabulário como na sintaxe.

Foi a partir do século XV que começaram a surgir escritos em prosa não-literária em alemão, mas mesmo nos dois séculos seguintes a grande parte dos textos das áreas das artes e das ciências são traduções do latim. Só no século XVIII é que se formaram as ciências e as disciplinas ‘técnicas’, como as conhecemos actualmente. Mas foi a revolução industrial – que veio pôr à prova a interdependência entre a teoria e a prática, que impôs progressivamente a mecanização das oficinas e das fábricas com a correspondente produção em série e racionalização dos processos de trabalho com mão-de-obra cada vez mais especializada e que provocou enormes transformações económicas e sociais – e a fundação de escolas superiores e universidades técnicas que contribuíram decisivamente para a substituição do latim como língua da ciência e para o desenvolvimento de novas disciplinas científicas e áreas de especialidade cada vez mais diferenciadas, com a correspondente produção de textos em língua alemã – a ampla matéria de estudo da disciplina que se ocupa da investigação das linguagens e dos tipos de textos de especialidade (Fachtext(sorten)forschung). “Im 20. Jahrhundert”, acrescenta Fluck (1996<sup>5</sup>, 32),

erfolgte dann eine explosionsartige Zersplitterung und Erweiterung, vornehmlich der wissenschaftlich-technischen Fachsprachen. [...] Auf den Gebieten Datenverarbeitung und Informatik mußten neue technische Felder sprachlich erschlossen werden. Die Fachwortschätze zählt man nach Millionen.

Em relação às linguagens de especialidade portuguesas, pode dizer-se, em primeiro lugar, que é um assunto muito pouco<sup>12</sup> ou nada tratado entre nós nos moldes em que o foi e tem sido na Alemanha<sup>13</sup>, do mesmo modo que não é conhecida uma disciplina

---

<sup>12</sup> Verdelho (1994: 340) escrevia: “Não está feito um levantamento histórico da língua portuguesa que nos permita avaliar de modo seguro o património e a exercitação das linguagens especiais ao longo de oito séculos de língua escrita”.

<sup>13</sup> Hoffmann (1988: 19 e segs.) dá conta das experiências feitas durante cerca de 25 anos, mas sobretudo entre 1965 e 1975, no ensino e investigação em linguagens de especialidade em universidades, institutos superiores e escolas técnico-profissionais da antiga República Democrática Alemã. Embora tenhamos presente que “as linguagens de especialidade brotaram em diferentes

universitária que pelo menos encaminhe ou favoreça estudos no sentido de uma investigação em linguagens para fins específicos.

Isto não significa de maneira alguma que haja falta de documentos escritos por onde começar e que desde tempos remotos atestam a existência de elementos<sup>14</sup>, sobretudo lexicais, que se podem de algum modo atribuir a linguagens de especialidade; essa ausência de investigação em linguagens específicas que vai para além do interesse e tratamento dos vocabulários e terminologias, tal como se reflecte, por exemplo, nos dicionários e gramáticas (Verdelho, 1998: 92 e segs. e respectivas referências bibliográficas). É talvez consequência das opções que a linguística em Portugal tem feito, ficando aparentemente muito apegada às orientações e às teorias tradicionais conhecidas. Note-se, a este propósito, que já em 1963 o próprio Lindley Cintra, no texto “Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie”<sup>15</sup> constatava que “le thème...est...un thème encore nouveau” e que “il n’y a qu’un très petit nombre de textes portugais qui aient été étudiés par des linguistes” (p. 199) – isto, mesmo na perspectiva de um estudo linguístico de orientação filológica, a que não escaparam questões de grafia e pronúncia.

São precisamente os textos medievais não literários que primeiro fornecem os materiais para nós relevantes, isto é, algum vocabulário reduzido, pouco específico, que se conhece dos documentos que passam por ser os mais antigos em língua portuguesa: a *Notícia de fiadores* (1175), a *Notícia do torto* (1214-16) e o *Testamento de D. Afonso II* (1214), entre outros.

Esta característica do material lexical usado nesses “documentos notariais de carácter particular” (Maia, 1986: 950) é corroborada pela mesma autora:

---

nacionalidades linguísticas”, como escreve Verdelho (1998: 91), só nos interessa considerar neste trabalho o que se verificou na Alemanha e em Portugal.

<sup>14</sup> Verdelho (1998: 91) regista que: “Os nomes de especialidade ganham espaço de manifestação, nas línguas naturais, a partir do acesso à escrita. Pelas suas características de univocidade e singularidade formal [...] necessitam do suporte escrito para garantirem a sua fixação e transmissão. [...] É certo que antes e ao lado da escrita, as histórias das línguas e sobretudo as respectivas memórias lexicais podem, ainda que de modo precário, dar testemunho de uma abundante e variado vocabulário especializado, transmitido pela tradição oral e ligado à construção do conhecimento [...]. No entanto, a grande elaboração terminológica e nomenclatural não teria podido instituir-se sem o suporte da língua escrita [...]”.

<sup>15</sup> Publicado in: *Revue de Linguistique Romane*, Société de Linguistique Romane, Tomo XXVII, Centre National de la Recherche Scientifique, 1963, e reeditado em Faria, Isabel Hub (Org.), 1999, *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos, pp. 199-231.

É certo que os documentos notariais manejam um vocabulário relativamente reduzido. No entanto, se se eliminarem as fórmulas jurídicas constantemente repetidas, o vocabulário, ainda que relativamente escasso, pertence a uma terminologia viva, associada à vida quotidiana; alguns dos documentos oferecem mesmo interessantes e preciosos materiais sobretudo no domínio da vida agrícola e de acidentes de terreno e ainda nos campos semânticos dos objectos de uso doméstico, do vestuário e objectos de adorno pessoal. (*ibid.*: 953)

No mesmo artigo atrás referido, Lindley Cintra considera que os principais textos antigos não literários portugueses que merecem ser estudados pelos linguistas se podem classificar em quatro grupos: documentos régios; documentos particulares; leis locais: forais e foros ou costumes; e leis gerais (*ibid.*: 203-204). Neste último grupo são incluídos os textos das leis que estiveram em vigor ou que os reis procuraram fazer vigorar em todo o reino e cujas compilações datam dos séculos XIV-XV. São exemplos o *Livro das Leis e Posturas* ou *Livro das Leis Antigas*, as *Ordenações de D. Duarte*, as *Ordenações Afonsinas*. A este género de textos L. Cintra acrescenta ainda as *Inquirições*; a propósito destes registos, afirma que: “sont de magnifiques sources pour l’étude de la toponymie et de l’anthroponymie. Ils fournissent aussi d’abondants matériaux pour l’étude du lexique commun” (*ibid.*: 214). Esta última observação dá a entender que para o autor tais textos serão em primeiro lugar interessantes para o estudo da toponímia e da antroponímia e que só subsidiariamente o serão para o estudo do léxico comum.

Teremos de tomar como válida esta apreciação, dado que não se pode dizer, em relação a estes últimos textos, que eles apresentem características marcantes de textos de especialidade. Quase o mesmo se poderá afirmar da linguagem pelo menos dos primeiros regimentos das corporações dos ofícios mecânicos<sup>16</sup>, dos quais o mais antigo fixado por escrito é o dos borzegueiros, sapateiros, chapineiros, soqueiros e curtidores. Não sendo possível proceder aqui à apreciação minuciosa da linguagem de todos esses textos ao longo dos tempos, apenas registamos que só muito mais tarde, na segunda metade do século XVIII, a linguagem desses documentos começa a revelar uma quantidade de

---

<sup>16</sup> Langhans, Franz-Paul (1943), *As Corporações dos Ofícios Mecânicos. Subsídios para sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

elementos, certo grau de precisão e uma qualidade que, no meu entender, são compatíveis já com uma linguagem de especialidade. Sirva de exemplo, uma curta passagem do capítulo 5.º intitulado “Da Matricula dos Aprendizizes e Officiaes, Exames, e Licenças” do «Regimento dado pelo Senado da Camara ao Officio de Agulheiro ‘anno de 1777’» (Langhans, 1943: 19), contendo instruções sobre os exames:

O Official que se examinar depois de provar o tempo na forma referida saberá perfeitamente abrir huma Birgorna para quadrar agulhas, fazendo os Sinzeis, e tempera-los para esse effeito. Saberá fazer agulhas de toda a qualidade, a saber de Lona, de Brim, e de Ilhozes, de palombar, dando-lhe as suas devidas grossuras, e comprimento. Agulhas de cozer velas de Barcos de Agoa acima e Salgada, redondas e de esquina [...].<sup>17</sup>

Não é de admirar que tenha sido no século XVIII que se acentuaram também em Portugal as necessidades de adequação e diferenciação comunicativa da comunicação por meio de textos para se dar conta das novas realidades<sup>18</sup>: a reforma pombalina da universidade, a revolução industrial e as consequências da actividade industrial e dos seus produtos, nomeadamente na área têxtil, e o incremento da actividade mineira e de várias profissões tiveram um grande impacto sobre o uso da língua, com as correspondentes exigências nas diferentes áreas industriais e comerciais. Estes desenvolvimentos, com a necessidade de divulgação dos saberes técnicos terão atingido talvez o seu auge nos finais do século XIX, inícios do século XX, como se constata, por exemplo, pelo extenso catálogo de mais de meia centena de publicações<sup>19</sup>, que integraram a *Biblioteca de Instrução Profissional*, fundada por Thomaz Bordallo Pinheiro, e cujo propósito era, como se lê no Prefácio ao *Manualdo Fundidor* (1917, 2.ª ed., p. VI), o de “fornecer ao nosso operariado

---

<sup>17</sup> Parece-nos evidente que aqui se ultrapassou a simples seriação de termos isolados no texto, para se usarem expressões características do ofício, tais como “abrir huma Bigorna para quadrar agulhas”, “temperar Sinzeis”, sem esquecer naturalmente os vários tipos de agulhas referidas e os seus fins. Registe-se de passagem que o termo “brim” é a designação para um tecido forte utilizado nas velas de embarcações, velas que teriam de ser “palombadas”, isto é, costuradas com fio grosso para as reforçar. Assim sendo, não deve ficar por notar que o texto apresenta aqui uma redundância, explicando por repetição que se tem em vista “agulhas de cozer velas”, tanto para embarcações fluviais como marítimas.

<sup>18</sup> Sobre esta “transformação no processo da língua portuguesa”, cf. Verdelho (1998: 101 segs).

<sup>19</sup> Cobrem áreas muito diversas desde, por exemplo, a aritmética e electricidade, passando pela carpintaria e construção naval, até à metalurgia e indústrias do vidro, cerâmica e seda.

livros escritos em português e com clareza necessária, com os quais êle possa estudar e progredir nos seus diversos ofícios....”.

Os textos a que nos referimos atrás e sem esquecer a informação em Verdelho (1998), em particular sob 3<sup>20</sup> (p. 104 e segs.), são portanto prova de que não haveria falta de materiais em língua portuguesa, que se pudessem explorar no sentido de uma reflexão linguística sobre os mesmos. Mas a linguística portuguesa orientou-se mais para as terminologias, para as nomenclaturas técnico-artesanais, do que para a investigação de textos em linguagens específicas. Seguindo os caminhos da linguística histórico-comparada europeia, interessou-se nomeadamente pelo levantamento e registo de materiais vocabulares, pela organização de inventários de tecnicismos e nomenclaturas oriundas das várias actividades profissionais<sup>21</sup>, os quais encontraram também a expressão na elaboração de dicionários.

A informação sobre linguagens de especialidade é, apesar de tudo, ao que conseguimos apurar, escassa. Encontramos esporadicamente apenas breves referências a elas; por outro lado, os trabalhos de reflexão linguística sobre as mesmas linguagens também não abundam.

Das referências breves, destacamos as que se seguem. Vasconcellos (1987: 55) informa que:

---

<sup>20</sup> Este ponto 3 tem por título: “Linguagem das ciências e das técnicas na memória textual portuguesa” e ilustra o modo como “As linguagens científicas e técnicas [...] invadem mesmo e contaminam a escrita em geral e especialmente a produção literária” (Verdelho, 1998: 104).

<sup>21</sup> Movido por interesses etnográficos e folclóricos, A. Santos Graça publicou, em 1932, na Póvoa de Varzim, *O Poveiro. Usos. Costumes. Tradições. Lendas*. Em 1947, Jorge Dias criou, na Universidade do Porto, o Centro de Etnologia, no seio do qual haviam de surgir obras como *Os arados portugueses e as suas prováveis origens* (Coimbra, 1948), ou *Aparelhos de elevar a água de rega* (Porto, 1953), entre outros.

Muitos outros estudos, de natureza linguística, etnográfica e folclórica, foram publicados, desde os seus primeiros volumes, pela *Revista Lusitana*, editada a partir de 1887 em Lisboa pelo Centro de Estudos Filológicos, ou pela *Revista Portuguesa de Filologia*, editada a partir de 1947 em Coimbra pela Casa do Castelo Editora, mas não constituíram, ao que nos parece, objecto de posterior análise linguística que, para além dos vocabulários e das nomenclaturas, integrasse as várias dimensões da língua como instrumento de comunicação. São exemplo desses textos *A linguagem dos pescadores e lavradores do concelho de Vila do Conde* de Maria Teresa de M. Lino Netto (1947), *A cortiça e o seu vocabulário popular* de Luís Chaves (1948), *O vocabulário marítimo português e o problema dos mediterraneísmos* de Ana Maria Simões da Silva Lopes (1972-1974) e *Nomes de tecidos em antigas pautas alfandegárias portuguesas* de Marilina Luz (1969-1971).

Déjà au XVIII<sup>e</sup> siècle, Dom Jeronymo Contador d'Argote dans ses *Regras da lingua portuguesa* (...) a écrit un chapitre très intéressant sous ce titre: Dos Dialectos da lingua Portuguesa. (...) Il classe les dialectes ainsi: a) dialectes locaux; b) dialectes de temp; c) dialectes de profession. (...) Sous la désignation de dialectes de profession il comprend: “a differença de falar a lingua, de que usão os que exercitão diversa profissão de falar”.

Esta informação tem um duplo interesse: tendo a obra do gramático C. D'Argote sido publicada em 2.<sup>a</sup> edição em 1725, ela revela que já no século XVIII havia consciência de uma linguagem própria das profissões; em segundo lugar, ficamos a saber do interesse de Vasconcellos em reaviver esse interesse, que parece não ter sido continuado a explorar.

Quanto a outras referências para nós menos relevantes, encontramos-las em Paiva Boléo (1974). Neste artigo, o autor distingue sobretudo a língua geral ou comum, que divide em linguagem corrente/falada/coloquial, linguagem escrita e as linguagens especiais e técnicas. Para o presente estudo são de interesse estas últimas linguagens, que, segundo Paiva Boléo, são “próprias de uma determinada classe ou profissão” (1974: 278). Mas o certo é que não avança com características típicas destas linguagens, passando a dar como exemplos de linguagens especiais a gíria militar ou a gíria dos estudantes. Para além destas, refere ainda as linguagens secretas “próprias de determinadas classes, como a dos gatunos, criminosos, contrabandistas, etc., [...]” (1974: 278).

Também Lapa (1979: 73-74), propondo-se um “exercício que mostrará ao leitor a extensão do vocabulário corrente, maior ou menor segundo as pessoas”, procedeu à consulta de “vocábulos” registados na *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira* situados entre “atento” e “aterrado”. Dividindo esses “vocábulos” em quatro grupos, distingue entre “palavras conhecidas, mas de emprego menos frequente; palavras pouco conhecidas ou antiquadas; palavras desconhecidas com carácter regional” e “palavras técnicas, geralmente desconhecidas”. O único comentário, de “consolação”<sup>22</sup>, que faz reduz-se a: “os termos cujo sentido nos escapa são os que têm carácter técnico muito especial (terminologia da botânica, de zoologia e de medicina)...”.

---

<sup>22</sup> Lapa (1979: 74) não usa este substantivo, introduzindo antes o seu reparo escrevendo: “mas em breve nos consolamos, se repararmos [...]”.

O linguista Herculano de Carvalho é o único que se debruçou com mais intensidade sobre o assunto, distinguindo entre ‘linguagem comum’ e ‘linguagens especiais’, referindo-se aqui ao que chamamos ‘linguagens de especialidade’. Estas linguagens especiais são para H. de Carvalho (1983: 335) “primeira e primariamente as *linguagens técnicas*”, que define como tendo um

inventário léxico peculiar às diversas comunidades menores compreendidas naquela comunidade extensa, cujos componentes se encontram ligados por uma forma particular de actividade – profissional sobretudo, mas também científica ou lúdica (da arte, dos desportos, dos jogos), em termos genéricos, cultural. Estas são pois as linguagens do médico, do jurista, do químico, do construtor, do marinheiro,... e também do linguista; são pois as que compreendem todas as entidades léxicas que designam os movimentos, os processos, os objectos (quer como objectos de conhecer quer como instrumentos ou produtos), mais genericamente, todos os conceitos, abstractos ou concretos, implicados nessas actividades, quer sejam exclusivos delas, quer partilhados também por outras.

E acrescenta que estas linguagens, em contraposição à multivocidade do léxico corrente e quotidiano, são constituídas por

palavras, modismos, expressões fraseológicas, etc., [que] ora são idênticas às da linguagem comum, com significação diversa ou (parcialmente) idêntica, mas usadas num sentido unívoco e bem definido (...), ora são peculiares e estritamente técnicas.

Como imediatamente se observa, para o autor as linguagens de especialidade não são definíveis apenas pelas palavras que usam, mas por outros recursos característicos e por expressões que, embora ultrapassem o plano da palavra simples, se comportam sintáctica e semanticamente como palavras; por outro lado, ao atribuir um carácter de univocidade aos termos usados pelas linguagens técnicas, levanta um problema quanto ao saber se esses termos são de facto inequívocos ou se pretendem ser tendencialmente inequívocos. O desiderado será que o fossem, mas esse é um objectivo difícil se não

impossível de atingir, por exemplo na linguagem específica do direito, como havemos de verificar.

Reflectindo sobre as razões que justificam o aparecimento das ‘linguagens técnicas’, Carvalho aponta três:

[...] a de designar conceitos desconhecidos do homem comum, porque alheios ao seu plano de agir; a de nomear (tanto quanto possível) inequivocamente, com uma precisão não consentida pela linguagem comum (onde abundam a homonímia e a polissemia) e portanto sem perigo de confusão ou equívoco; e finalmente a de referir objectivamente os objectos e processos, alheando o acto de referência de qualquer emoção ou atitude valorativa, usando para isso termos tanto quanto possível despidos de conotação. (*op.cit.*: 338)

H. de Carvalho (1983: 339) conclui que

[a] necessidade que engloba essas três [razões] é, em suma, a de dispor de um instrumento linguístico adequado ao conhecer e ao agir, verdadeiramente apto a permitir toda a «praxis» de índole eminentemente comunitária ou social.

Tal como Mendonça (2003: 9) refere, a expressão portuguesa ‘linguagem de especialidade’ é vista como um decalque recente da expressão francesa *langue de spécialité*. Para usar aqui o argumento de Vinay/Darbelnet (1995: 32), ‘linguagens de especialidade’ terá, pois, surgido como “a special kind of borrowing whereby a language borrows an expression form of another, but then translates literally each of its elements“. Assim, aquela expressão representará o preenchimento de uma lacuna lexical na língua portuguesa.

Outro artigo digno de ser mencionado intitula-se “O uso da língua latina na redacção dos textos científicos portugueses” de Rómulo de Carvalho (1991) e é a nosso ver um texto importante na perspectiva do estudo das linguagens de especialidade.

Por fim acrescento ainda os contributos de Verdelho (1994 e 1998) sobre as linguagens das ciências e das técnicas em textos do português. No primeiro artigo, reconhece que “não está feito um levantamento histórico da língua portuguesa que nos permita avaliar de modo seguro o património e a exercitação das linguagens especiais ao longo de oito séculos de língua escrita” (*ibid.*: 340), apresentando sobre o assunto uma

“síntese panorâmica”. O segundo artigo é uma perspectiva diacrónica da integração de vocabulários técnicos na língua comum, graças ao suporte da escrita.

Face ao que se expôs, verifica-se que não é essencialmente diferente o percurso que seguiram as linguagens de especialidade na Alemanha e Portugal. Os saberes técnicos e a ciência têm um carácter internacional, e o uso do latim como língua escrita e constituindo um veículo primordial dos conhecimentos e das terminologias garantiu a sua transmissão nos primeiros tempos da história das línguas vernáculas. Só progressivamente, após um longo período de pelo menos três séculos de coexistência do latim com as línguas nacionais, sobretudo nos textos produzidos em prosa e também graças à crescente actividade tradutiva, é que estas línguas se foram libertando do domínio do latim, deixando de estar em situação de subalternidade em relação a ele. Mas é sobretudo a partir do século XVIII, como consequência de uma reorientação do ensino universitário e técnico-profissional e da democratização do ensino das ciências naturais que as linguagens de especialidade se puderam desenvolver dentro das suas respectivas comunidades nacionais.

#### **Referências bibliográficas:**

- ABREU, G. de Vasconcellos (1878), *Importância capital do Sãoskrito como base da glottologia árica e da glottologia árica no ensino superior das Lettras e da Historia*. Lisboa: Imprensa Nacional
- BEAU, Albin Eduard(1953), *Langenscheidts Taschenwörterbuch der portugiesischen und deutschen Sprache*, Berlin-Schöneberg: Langenscheidt KG – Verlagsbuchhandlung
- BOLÉO, Manuel de Paiva (1974),”Unidade e Variedade da Língua Portuguesa”, *in: Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*. Vol 1. Dialectologia e História da Língua, Tomo I. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, pp. 253-287
- BÖSCHE, Eduard Theodor(1884), *Neues vollständiges Taschenwörterbuch der portugiesischen und deutschen Sprache*, Hamburg: Robert Kittler
- BUßMANN, Hadumod(1999), *Lexikon der Sprachwissenschaft*. Stuttgart: Kröner

- CARVALHO, José G. Herculano de (1983), *Teoria da Linguagem*. Coimbra: Coimbra Editora
- CARVALHO, Rómulo de (1991), “O uso da língua latina na redacção dos textos científicos portugueses”, in: *Vértice*, 44 /Nov. 1991, pp.83-101
- CHAVES, Luís (1948), “A cortiça e o seu vocabulário popular”, in: *Revista Portuguesa de Filologia*, Vol. II, Tomos I e II. Coimbra: Editora Coimbra, pp. 93-121
- COELHO, F. Adolpho (s.d.), *Diccionario Manual Etymologico da Lingua Portuguesa*. Lisboa: P. Plantier-Editor
- COELHO, F. Adolpho (1900), “O ensino historico, philologico e philosophico em Portugal até 1858”. Coimbra: Imprensa da Universidade (Texto “extrahido de *O Instituto*, vol. XLVII, n.º 8, agosto de 1900, pp. 449-468”)
- DICIONÁRIO DE ALEMÃO-PORTUGUÊS* (2000), Porto: Porto Editora
- DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA* (2001), Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo
- DROZD, Lubomír/SEIBICKE, Wilfried (1973), *Deutsche Fach- und Wissenschaftssprache. Bestandaufnahme – Theorie – Geschichte*. Wiesbaden: Oscar Brandstetter Verlag KG
- DUDENDas große Wörterbuch der deutschen Sprache (1999), Mannheim: Dudenverlag
- DUDENDeutsches Universal Wörterbuch (2003), Mannheim/ Wien/ Zürich: Dudenverlag
- DTV-LEXIKON (1997), München: Deutscher Taschenbuch Verlag
- FERREIRA, M.B./CARRILHO, E./LOBO, M./ SARAMAGO, J./CRUZ, L.S. (2005<sup>2</sup>), “Variação linguística: perspectiva dialectológica”, in: Faria, Isabel Hub *etal.*, pp. 479-502
- FIGUEIREDO, Cândido de (1996), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Venda Nova: Bertrand
- FIGUEIREDO, J.N./FERREIRA, A.G. (1985), *Compêndio de Gramática Portuguesa*. Porto: Porto Editora
- FLORIDO, Maria Beatriz *et al.* (1979), *Novos caminhos para a linguagem 3. Gramática pedagógica do português*. Porto: Porto Editora
- FLUCK, Hans-R. (1996<sup>5</sup>), *Fachsprachen*. Tübingen/ Basel: A. Francke Verlag, (1.<sup>a</sup> edição 1976)
- GLÄSER, Rosemarie(1990), *Fachtextsorten im Englischen*. Tübingen: Narr
- HOFFMANN, Lothar (1987), *Kommunikationsmittel Fachsprache*. Berlin: Akademie-Verlag

- HOFFMANN, Lothar (1988), *Vom Fachwort zum Fachtext*. Tübingen: Narr
- KALVERKÄMPER, Hartwig (1983), “Textuelle Fachsprachen-Linguistik als Aufgabe”, *in: LiLi Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik* 13, Heft 51/52, pp. 124-166
- KALVERKÄMPER, Hartwig (1999), “Fach und Fachwissen”, *in: HOFFMANN, LOTHAR et al. (Hrsg.), Fachsprachen. Ein internationales Handbuch zur Fachsprachenforschung und Terminologiewissenschaft*. Berlin: Walter de Gruyter, pp. 1-24
- LAPA, Manuel Rodrigues (1979), *Estilística da Língua Portuguesa*, Coimbra: Coimbra Editora Limitada (1.ª edição 1945, Lisboa: Seara Nova)
- LOPES, Ana Maria Simões da Silva (1972-1974), “O vocabulário marítimo português e o problema dos mediterraneísmos”, *in: Revista Portuguesa de Filologia*, Vol. XVI, Tomos I e II. Coimbra: Editora Coimbra, pp. 29-284
- LUZ, Marilina (1969-1971), “Nomes de tecidos em antigas pautas alfandegárias portuguesas (1699-1834)”, *in: Revista Portuguesa de Filologia*, Vol. XV, Tomos I e II. Coimbra: Editora Coimbra, pp. 33-48
- MACHADO, José Pedro (1991), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Publicações Alfa
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1986), *História do Galego-Português. Estudo Linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: INIC
- MENDONÇA, Maria Joana de Sousa Pinto Guimarães de Castro (2003), *A Linguagem Específica dos Lanifícios (Teceragem) Portugueses até Inícios do Século XX*. Tese de Mestrado. Universidade do Porto
- MICHAELIS, Henriette (1923/1934), *Neues Wörterbuch der portugiesischen und deutschen Sprache*, New York: Frederick Ungar Publishing C
- MÖHN, Dieter / PELKA, Roland (1984), *Fachsprachen – Eine Einführung*. Tübingen: Niemeyer
- MOURA, Micaela da Silva Marques (2012), *A linguagem do direito: uma linguagem de especialidade. Aspectos do léxico jurídico alemão e o seu respectivo tratamento em português*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Filoxía e Tradución/ Universidade de Vigo
- NETTO, Maria Teresa de M. Lino (1947), “A linguagem dos pescadores e lavradores do Concelho de Vila do Conde”, *in: Revista Portuguesa de Filologia*, Vol. I, Tomo I. Coimbra: Editora Coimbra, pp. 59-152

- POLENZ, Peter von (1973), *História da Língua Alemã*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- PÖRKSEN, Uwe (1994), *Wissenschaftssprache und Sprachkritik: Untersuchungen zu Geschichte und Gegenwart*. Tübingen: Narr
- PÖRKSEN, Uwe (1998), “La historia de la lengua alemana y la evolución de las ciencias. Aspectos de la historia del lenguaje científico y su relación com la lengua general”, in: Teresa Cabré (Dir.), *Acts del col·loqui La història dels llenguatges iberoromànics d'especialitat (segles XVII-XIX): solucions per al present*, pp. 49-66
- SCHMIDT, Wilhelm/SCHERZBERG, Johanna (1968), “Fachsprachen und Gemeinsprache”, in: *Sprachpflege. Zeitschrift für gutes Deutsch*, 17, pp. 65-74
- STOLZE, Radegundis (2009), *Fachübersetzen – Ein Lehrbuch für Theorie und Praxis*. Berlin: Frank und Timme
- TRABANT, Jürgen (1983), “Das Andere der Fachsprache. Die Emanzipation der Sprache im neuzeitlichen europäischen Sprachdenken”, in: *LiLi - Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik* 13/1983, H. 51/52, pp. 27-47
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1987), *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. 3.ª edição por Maria Adelaide Valle Cintra, Lisboa: INIC. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, (1.ª edição 1901)
- VERDELHO, Telmo(1994), “Portugiesisch: Fachsprachen/Tecnolectos”, in: Helbig, G./Metzeltin, M./Schmitt, Ch. (Hrsg.), *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, Bd. VI/2, Tübingen: Niemeyer, pp. 339-355
- VERDELHO, Telmo(1998), “Terminologias na língua portuguesa. Perspectiva diacrónica”, in: Cabré, Teresa (Dir.), *Acts del col·loqui La història dels llenguatges iberoromànics d'especialitat (segles XVII-XIX): solucions per al present*, pp. 89-131
- VINAY, Jean-Paul/DARBELNET, Jean (1995), *Comparative Stylistics of French and English. A methodology for translation*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company
- WAGENER, Johann Daniel (1812)*Neues portugiesisch-deutsches und deutsch-portugiesisches Lexikon*, Leipzig: im Schwickertschen Verlage
- WAHRIG, Gerhard (2002), *Deutsches Wörterbuch*. Gütersloh/ Berlin/ München/ Wien: Verlagsgruppe Bertelsmann GmbH/ Bertelsmann Lexikon Verlag. (1.ª Edição 1968)